

---

## EDUCAÇÃO TRABALHISTA PARA JOVENS APRENDIZES: UMA ABORDAGEM LÚDICA APLICADA NO CESAM-ES

### *LABOR EDUCATION FOR YOUNG APPRENTICES: A PLAYFUL APPROACH APPLIED AT CESAM-ES*

Thayná Maria Reis Soares <sup>1</sup>

**RESUMO:** As leis visam garantir os direitos, deveres e a inserção dos jovens adolescentes no mercado de trabalho por meio dos institutos e programas de aprendizagem qualificando o jovem aprendiz, entretanto a realidade é pouco explorada com o público-alvo. O presente estudo teve como objetivo, entender e avaliar quais seriam os pontos de maiores deficiências, entre os jovens aprendizes do Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador (CESAM-ES), acerca de leis e rotinas trabalhistas voltadas ao jovem aprendiz, utilizando uma abordagem lúdica. A pesquisa adotou como metodologia a pesquisa-ação, que buscou intervir de maneira prática e dinâmica nos processos de aprendizagem aprimorando os conhecimentos por meio de jogos e brincadeiras, dividido em dois momentos, primeiro com aplicação de um questionário com escala de Likert com questões que buscava mensurar o entendimento dos jovens com os assuntos de folha de pagamento, direitos e leis. No segundo momento foi apresentado uma intervenção com os mesmos temas, jogos de perguntas e respostas em grupos, e novamente a aplicação do questionário. Os resultados demonstraram melhoria no entendimento do próprio salário, avanço na capacidade de calcular o mesmo, capacidade de diferenciação entre salário bruto e líquido após os descontos. Concluindo de forma positiva e relevante que as práticas pedagógicas quando são aplicadas de forma transversal e lúdica com uso de jogos e atividades podem contribuir com o processo de aprendizagem e educativo, pois obteve uma melhora no interesse e na participação dos jovens aprendizes tornando os mesmos protagonistas do cenário que são inseridos.

**Palavras-chave:** Jovem aprendiz; Rotinas Trabalhistas; Pesquisa-Ação.

**ABSTRACT:** The laws aim to guarantee the rights, duties, and inclusion of young adolescents in the labor market through apprenticeship institutes and programs, qualifying young apprentices. However, the reality is poorly explored with the target audience. This study aimed to understand and evaluate the points of greatest deficiencies among young apprentices at the Salesian Center for Working Adolescents (CESAM-ES) regarding labor laws and routines geared towards young apprentices, using a playful approach. The research adopted action research methodology, which sought to intervene in a practical and dynamic way in the learning processes, improving knowledge through games and play, divided into two phases. First, a questionnaire with a Likert scale was applied, with questions that sought to measure the young people's understanding of payroll, rights, and laws. In the second phase, an

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Salesiano - Unisales. Vitória/ES, Brasil. (thayna.reissoares@hotmail.com).

intervention with the same themes was presented, using question-and-answer games in groups, and again the application of the questionnaire. The results demonstrated an improvement in understanding their own salary, an advancement in the ability to calculate it, and the capacity to differentiate between gross and net salary after deductions. In conclusion, it was positive and relevant that pedagogical practices, when applied transversally and playfully using games and activities, can contribute to the learning and educational process, as it improved the interest and participation of young apprentices, making them protagonists in the scenario in which they are inserted

**Keywords:** Young Apprentice; Labor Routines; Action Research.

## 1 INTRODUÇÃO

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é uma grande dificuldade enfrentada por eles, devido à necessidade de qualificação e a os requisitos no qual devem também serem cumpridos pelas empresas contratantes. Em muitos casos é possível notar que esses direitos ainda são pouco conhecidos pelos próprios jovens, o que evidencia a necessidade de amparo e fiscalização que certifique o cumprimento de todas as obrigações.

Diante deste cenário, surge a Lei nº 10.097/2000 conhecida como a Lei da Aprendizagem, que estabelece o dever que empresas de médio e grande porte devam contratar jovens aprendizes com idade entre 14 e 24 anos. A legislação tem também como intuito garantir a inclusão social, o direito e o desenvolvimento profissional do jovem brasileiro. (Brasil, 2000)

A lei vigente, além de garantir o direito do jovem ao primeiro emprego, regulamenta o programa de aprendizagem, protegendo o jovem trabalhador e garantindo seus direitos específicos da sua classe, como controle da sua carga horária específicas, benefícios como remuneração compatível com a legislação, férias, décimo terceiro, entre outros, e garantindo que o jovem estará alinhado com o acesso aos direitos sociais e educacionais que devem ser mantidos e conciliados com o emprego

Entretanto muitos ingressam nesse ambiente do primeiro emprego com pouco conhecimento sobre as leis e rotinas trabalhistas, isso é devido ao fato que a legislação é relativamente recente e ainda pouco abordada nos espaços sociais e educacionais. Portanto diante disso é importante entender, qual o nível de conhecimento dos jovens acerca desses assuntos e de seus direitos e de que forma a falta de instrução pode influenciar no desenvolvimento profissional e direito deles, e desta forma refletir e apresentar quando possível estratégias e meios que possibilitem o acesso a desses conhecimentos aos jovens de forma que reduzam os impactos negativos da falta de informação.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Qual o nível de conhecimentos de jovens aprendizes sobre as leis e rotinas trabalhistas, e qual o desenvolvimento desse nível foi obtido por meio de um treinamento lúdico?

## 1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente projeto é avaliar e ampliar os conhecimentos de jovens aprendizes sobre as leis e rotinas trabalhistas, incluindo a aplicação destas informações na realidade deles, uma vez que já estão em contato com o seu primeiro vínculo empregatício e se encontram amparados pela lei da aprendizagem, incluídos nas rotinas de suas instituições.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Em um estudo realizado com adolescentes acerca do primeiro emprego, foi identificada a falta de informações referente às leis trabalhistas, notando a ausência de conhecimento até mesmo sobre assuntos como o limite de carga horária a ser cumprida (De Souza et al., 2013). Segundo Amazarray et al. (2009) essa falta de informação pode levar os adolescentes a terem consequências negativas, como a submissão e uma relação negativa e passiva com as atividades laborais. Os mesmos autores sintetizam a problemática ao relatarem que diante de tal formato do mercado de trabalho, “[...] o jovem pode orientar-se para uma opção profissional desvinculada de sentido, que o insere em formas de trabalho degradantes, alienadoras e desprovidas de reais oportunidades de aprendizagem”, adicionalmente os atores reforçam que essa situação preocupante ocorre “[...] justamente no momento em que está definindo sua identidade pessoal e ocupacional” (Amazarray et al. 2009, p. 330). Portanto, justificam-se iniciativas de entendimento e aprimoramento do conhecimento de jovens a respeito de leis e rotinas trabalhistas, visto que Freitas e Adamatti (2016) asseveram a dificuldade do entendimento de jovens estudantes sobre os direitos do trabalho e previdenciários, identificando esta situação como uma lacuna de estudos para pesquisadores.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 IMPORTÂNCIA DE JOVENS APRENDEREM SOBRE DIREITO TRABALHISTA

O mercado de trabalho desempenha um papel fundamental na inserção de jovens, especialmente por meio dos programas de aprendizagem que possibilitam a transição para a vida produtiva. Essa fase representa um momento decisivo no desenvolvimento profissional, tornando essencial o contato dos jovens com os direitos trabalhistas, a fim de garantir sua adaptação e permanência no ambiente corporativo (Mattos et al., 2011). Neste contexto após se tornarem detentores de renda e incluídos no mercado é possível identificar outro desafio enfrentado pelos jovens, sendo a falta de educação financeira. A falta de conhecimento sobre como gerir as finanças pessoais possui relação significativamente para prevalência de um comportamento individualista, impactando até na saúde mental (Rodrigues; Freitas; Freitas, 2024).

Segundo Santiago (2019) apesar de existirem diferentes pontos de vista sobre a função da escola, entende-se que seu papel fundamental será sempre o de preparar os alunos para enfrentar os desafios da vida. Assim, é fundamental que ao ingressar no mercado de trabalho, os jovens conheçam seus direitos, mas também adquiram conhecimentos financeiros que lhes permitam tomar decisões. Nesse sentido,

diversos estudos discutem aspectos/características da educação financeira para crianças, adolescentes e/ou jovens, e apresentam propostas nesse sentido (e.g.):

Destefani (2015) discute sobre a importância da educação financeira na infância, reforçando que a falta de conhecimento acerca deste assunto tem contribuído com o nível de endividamento das famílias brasileiras, portanto a autora conclui a necessidade de o assunto ser abordado nas escolas, concluindo que quanto mais cedo o assunto for abordado melhor o resultado na formação dos cidadãos, contribuindo com melhores decisões.

Ainda retratando o papel e os resultados obtidos através da educação financeira, Pelicoli (2011) disserta que o conhecimento escolar deve contribuir formando cidadãos ativos na sociedade, mas observa-se pouca prática das escolas a respeito dessa temática, o autor ainda afirma que, portanto, estaria nessa problemática a possibilidade de fazer algo, uma vez que em um país com desigualdades sociais a inserção de assuntos como estes seriam medidas necessárias e urgentes.

De acordo com Mota et al. (2015) foi constatado em uma pesquisa relacionado a educação financeira, que jovens com idades entre 20 e 31 anos apresentam altos níveis de inadimplência e endividamento, demonstrativo resultante das dificuldades encontradas na administração das próprias finanças. Enquanto as pessoas identificadas na faixa etária de 38 a 43 anos tendem a ter uma situação financeira mais estável. Os autores ainda concluíram que esses dados indicam que a educação financeira, pode ser uma aliada nas mudanças de hábitos e na melhoria da situação econômica.

Lima e Sá (2010) afirmam que a educação financeira ainda no ensino fundamental pode servir até mesmo como uma ferramenta de alerta ao consumidor, uma vez que eles estão propensos a serem vítimas de fraudes, e que através dessa formação saberiam como poupar e investir. Os autores ainda afirmam:

Acreditamos que tal formação ajudaria a diminuir as gritantes diferenças sociais existentes em nosso país. Evitaria que os cidadãos caíssem em armadilhas, como auxiliaria na defesa de seus direitos de consumidor e trabalhador. (LIMA; SÁ, 2010 p. 35).

Segundo Scolari e Grandó (2016), no contexto do sistema capitalista, o fácil acesso ao crédito é um possível indicador de inclusão social e status, incentivando que as pessoas consumam além do que poderiam, esse fato é responsável normalizar o consumo desenfreado independente da necessidade ou capacidade financeira, fato este que faz com que os indivíduos ainda jovens passem a consumir sem pensar no futuro, agindo de forma momentânea e impulsiva.

De acordo com Machado (2011) a educação financeira, quando é aplicada ao cotidiano real é capaz de promover o entendimento por parte do indivíduo acerca de suas próprias características que influenciam a gestão do dinheiro, aprenda a equilibrar riscos em decisões financeiras, garanta mais responsabilidade, promova o desenvolvimento de uma postura ética e sustentável como consumidor. Portanto, essa educação quando aplicada desde cedo ainda na escola pode preparar o sujeito para exercer com consciência sua função como um cidadão social, e um indivíduo na esfera trabalhador.

Silva (2016) reforça a ideia a respeito da importância da educação financeira ainda na

educação infantil, afirmando que embora as pessoas vejam a temática como um conhecimento sobre finanças ou como juntar dinheiro e investir, a autora afirma que esse conhecimento engloba a capacidade de tomar decisões assertivas e conscientes em diferentes contextos relacionados ao uso do dinheiro, principalmente quando não se compreende o verdadeiro sentido de trabalhar para conquistar recursos e usá-los de forma equilibrada. Esse raciocínio nos faz compreender também a contribuição de uma boa educação financeira e a possibilidade de sua aplicação na esfera do trabalho.

Porém, no que pese os esforços desta pesquisa, pode ser considerada escassa a produção acadêmica sobre direitos trabalhistas para o mesmo público. Nesse sentido, Freitas e Adamatti (2016) identificaram a dificuldade do entendimento de jovens estudantes sobre os direitos do trabalho e previdenciários, identificando uma lacuna de estudos.

## 2.2 TRANSVERSALIDADES NO ENSINO DE TEMAS DA ÁREA DE NEGÓCIOS

De acordo com Batanero (2004), a transversalidade no ensino pode ser compreendida como uma ponte responsável por interligar os saberes da escola com o cotidiano em sua realidade, conectando as áreas aprendidas e aplicando-as. O autor ainda reforça a importância da necessidade de que as decisões curriculares sejam dialogadas entre todos os responsáveis, portanto o autor afirma que os comitês se destacam como uma alternativa eficaz, pois favorecerem o envolvimento ativo dos professores, estimulando os processos de mudança e aprimoramento

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) responsável por identificar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento dos estudantes, aborda a importância dos educação transversal:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2017, p.19).

Araujo (2002) destaca que uma mudança nas escolas pode ser realizada através das mudanças nos currículos tradicionais inserindo os temas transversais, que não são novos campos disciplinares, mas sim conhecimentos que atravessam e dialogam com diferentes áreas no campo da educação, tal elemento possibilita a comunicação entre os conhecimentos como as ciências e a realidade vivida no cotidiano.

Gallo (2014) estuda o ambiente escolar para além da sua dimensão física, evidenciando que uma nova organização, que rompe com o tradicionalismo curricular baseado em disciplinas e conhecimentos rizomáticos se torna capaz de promover a transversalidade entre os conhecimentos, tal abordagem possibilita que os estudantes transitem em um único espaço por diferentes assuntos e áreas de conhecimento. O autor afirma ainda que a ruptura dessas barreiras no campo pedagógico impacta diretamente na sociedade também, uma vez que o conhecimento está ligado com a relação de poder, sendo a escola um ambiente responsável por comunicação e que possibilita a circulação de informações, preparando assim jovens com saberes.

Um exemplo da transversalidade foi estudado por Soares e Oliveira (2023) os autores

retratam que estudos recentes apontaram que a utilização de jogos digitais no ensino da educação financeira de forma paralela as disciplinas têm se mostrado como um método inovador e eficaz, pois desperta o interesse dos alunos proporcionando experiência e prática no assunto, e destacam que essa abordagem pode se adaptar a diferentes faixas etárias permitindo a simulação de situações do cotidiano financeiro.

Embora o tema já esteja amplamente difundido, autores como Lopes (2008) destacam a presente a dominância ainda de disciplinarização em livros destinados principalmente aos públicos do ensino fundamental final e ensino médio, gerando dificuldades de inserções dos temas transversais devido aos excessivos temas já necessários dos modelos tradicionais.

### 2.3 CASOS SOBRE ENSINO EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO

Santiago (2019) enfatiza a importância em refletir sobre a educação, sendo necessário não apenas considerar os conteúdos, mas buscando compreender os motivos pelo qual determinados temas devem ser estudados, reconhecendo que os métodos de ensino possuem uma relevância na formação de cidadãos.

Completando essa perspectiva, Perissé (2014) afirma que as questões como fome, violência e as desigualdades estão ligadas com a forma no qual os indivíduos sobrevivem e acessam aos recursos disponíveis. Portanto, é fundamental apresentar aos alunos o contexto histórico das civilizações antigas, possibilitando uma compreensão mais ampla sobre seu papel na sociedade contemporânea. O autor ainda afirma que a educação financeira tem se consolidado como uma importante ferramenta para a formação, portanto aponta que essa temática deve ser compreendida a partir de seus objetivos, pois eles contribuem para a preparação dos indivíduos para o mundo do trabalho e para as relações humanas, promovendo uma melhor qualidade de vida.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também contempla a inclusão de temáticas relacionadas ao empreendedorismo, reconhecendo a importância de preparar os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo. Nesse contexto, tornando evidente a necessidade de abordar conceitos básicos de economia e finanças, uma vez que esses conhecimentos são fundamentais para o desenvolvimento de competências voltadas à autonomia (Brasil, 2017).

### 2.4 ARCABOUÇO LEGAL PARA ENSINO DE DIREITO TRABALHISTA A JOVENS DE MANEIRA TRANSVERSAL

O estatuto da juventude Lei nº 12.852/2013, estabelece que os jovens devem possuir direito à profissionalização do trabalho, sendo garantido que contenham condições de liberdade, equidade e segurança com remunerações justas. Devendo também ser de responsabilidade dos poderes públicos a promoção de condições de trabalho com carga horárias que permitam o acesso ao estudo de forma paralela (Brasil, 2013).

A lei de diretrizes e bases da educação nacional Lei nº 9.394/1996, afirma que a educação abrange os processos de desenvolvimento na vida humana, seja de forma pessoal e profissional, desta forma se estabelece que a educação escolar deve estar vinculada com práticas cotidianas, assegurando aos estudantes a construção de

projetos de vida contribuindo para o crescimento integral em diversas áreas, sociais, cognitivas socioemocionais preparando o educando para o mercado de trabalho de forma responsável. (Brasil, 1996).

A Resolução CNE nº 3/2018 compreende um itinerário de formação técnica e profissional, dentre eles destacam-se a aprendizagem profissional, uma formação técnico-profissional voltado para o desenvolvimento físico, moral e psicológico do jovem, tal método é utilizado de forma transversal contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho (Brasil, 2018).

## 2.5 JOVEM E MERCADO DE TRABALHO

Carmo e Matias (2019) afirmam que a entrada de jovens no mercado de trabalho ocorre por meio de empregos precários, caracterizados por instabilidades e rendimentos baixos, fato este responsável por afetar os projetos de vida dos jovens, evidenciando os impactos gerados no bem-estar mental e na qualidade de vida deles. Os autores ainda mencionam que muitos jovens entram nessa situação por estarem propensos a aceitar contratos de trabalhos precários com baixos salários e benefícios limitados. Fato este que ocorre devido aos assuntos serem pouco abordados.

Conforme o Sebrae (2024), a educação pode ir além dos saberes acadêmicos e profissionais, pois também contribui para o avanço social de um indivíduo. Dessa forma, as políticas educacionais que são responsáveis por promover os conhecimentos sobre empreendedorismo nas escolas são também fundamentais para preparar os jovens para o mercado de trabalho, além de favorecer o desenvolvimento socioeconômico com pessoas preparadas antes mesmo de ingressarem no mercado.

### 2.5.1 JOVEM APRENDIZ

Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (art. 428) o contrato de aprendizagem é um contrato com caráter de vínculo empregatício de forma especial, formalizado por escrito ele possui uma duração determinada, onde o determina e assegura que o empregador deve oferecer por meio do programa de aprendizagem condições de capacitação técnico-profissional metódica para jovens com idade entre 14 e 24 anos, o mesmo deve respeitar o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz (Brasil, 2005). Entretanto Schwartzman (2013) destaca que existe uma baixa adesão dos jovens ao ensino técnico de nível médio e altos índices de evasão escolar no ensino médio, fatores que revelam um problema significativo que está diretamente ligado ao desenvolvimento de uma formação profissional qualificada no Brasil. Esse cenário pode comprometer não apenas a educação, mas também a preparação dos estudantes para ingressar no mercado de trabalho.

Neste contexto Gomes (2025) considera que o modelo tradicional de ensino, pode por muitas vezes não estar em conformidade com as necessidades e exigências atuais do mercado de trabalho, contribuindo para que muitos jovens concluam seus estudos sem adquirir conhecimentos e competências técnicas, dificultando sua inserção no ramo profissional. Portanto diante dessa necessidade os programas de aprendizagem voltadas a capacitar o jovem aprendiz promove o desenvolvimento de habilidades e ao mesmo tempo em que permanece vinculado ao processo educacional,

promovendo uma articulação entre a qualificação e o mercado de trabalho.

Portanto como o público do alvo do projeto será os jovens aprendizes foi escolhido o Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador – CESAM, uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Vitória/ES com núcleos nos municípios de: Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares, mantida pelos Salesianos da Inspeção São João Bosco (ISJB) que atua trabalhando com o desenvolvimento voltado para a qualificação profissional de jovens e adolescentes em risco de vulnerabilidade (Inspeção São João Bosco, 2025).

## 2.6 USO DE JOGOS/BRINCADEIRAS NO APRENDIZADO DE DIREITO TRABALHISTA

Os jogos e brincadeiras são elementos importantes na educação. Alves e Bianchin (2010) definem que essas ferramentas estimulam a atividade psicomotora, alcançando maiores níveis de motivação, aprimorando a inteligência e desenvolvendo sensibilidade. E afirmam que essas práticas são meios enriquecedores do desenvolvimento intelectual, sendo assim contribui diretamente no desenvolvimento de habilidades que serão essenciais para sua futura formação, pessoal e profissional.

Freitas e Adamatti (2016) afirmam que o processo de ensino-aprendizagem oferece aquisição de conhecimentos e habilidades, que serão desenvolvidas ao decorrer da vida, esses elementos são essenciais para a formação pois possibilitam a criação de opiniões e senso crítico, as autoras mencionam especificamente a dificuldade do entendimento em assuntos como por exemplo, os direitos do trabalho e previdenciários, uma vez que é necessário o entendimento de normas e leis. Em um estudo realizado pelas autoras foi possível concluir que um jogo criado e aplicado, contribuiu no aprendizado de alunos do curso técnico em administração, devido a diversidade em que os estudantes possuem para aprender.

## 2.7 PESQUISA-AÇÃO

De acordo com Dendásck (2021) a pesquisa-ação surgiu de uma necessidade de romper com a distância e as lacunas que existentes entre os assuntos e seus desdobramentos teóricos e práticos, sendo marcada, como principal característica, pela proposta de intervir de maneira prática e inovadora sobre determinado assunto de forma paralela enquanto ele é objeto de pesquisa e investigação.

Segundo Tripp (2005), a pesquisa-ação pode ser entendida como um dos diversos tipos de investigação-ação, caracterizando como um processo cíclico no qual a prática é aprimorada uma vez que é alternada por meio de um revezamento entre a ação e a investigação sistemática sobre ela, envolvendo planejamento, implementação, descrição e a avaliação de mudanças com o objetivo de promover mudança e melhorias contínuas. O autor ainda afirma:

A questão é que a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica (Tripp, 2005 p. 5).

Para Miranda e Resende (2006) a pesquisa-ação no campo educacional, se configura

como uma estratégia capaz de romper com a separação entre teoria e prática, ao exigir a utilização de fundamentos teóricos para compreender as situações, planejar intervenções e interpretar os resultados, cumprindo assim seu papel transformador no contexto e entre os participantes envolvidos.

### **3 METODOLOGIA**

O presente artigo lançou mão da abordagem metodológica denominada pesquisa-ação, no sentido de que pretendeu interferir em um ambiente de aprendizagem, utilizando jogos para fomentar o ensino de temas do direito trabalhista em uma turma de jovens aprendizes.

Sendo assim, Silva et al. (2021) definem que a pesquisa-ação, quando inserida no campo da pesquisa social de abordagem qualitativa, se apresenta como uma metodologia que compreende a dinâmica dos problemas e processos ao considerar a realidade concreta e seus aspectos. Essa abordagem valoriza as práticas e as situações reais, favorecendo a criação de novas ideias.

Para tanto, na primeira etapa do projeto, foi aplicado no dia 09 de setembro de 2024 um questionário fechado contendo 8 questões, seguidas de opções de respostas utilizando a escala de Likert, técnica utilizada em pesquisas, no qual serviu de base para mensurar o grau de satisfação. As questões abordaram temas relacionados ao conhecimento sobre folha de pagamento e leis e direitos trabalhistas. O questionário foi aplicado aos aprendizes em dois momentos distintos.

O primeiro momento ocorreu durante uma reunião com os adolescentes aprendizes, ocasião em que foram apresentados, e foi exposto o projeto, explicando sua finalidade e as etapas que seriam realizadas, neste primeiro momento foi aplicado o questionário e seus dados foram reservados em uma planilha como os primeiros resultados.

Já o segundo momento ocorreu a partir das médias coletados no questionário inicial. Pois após a apuração dos dados, foi preparado um material informativo abordando os assuntos de leis e rotinas trabalhistas que tiveram maiores dúvidas por parte dos aprendizes e foi apresentado no dia 07 de outubro de 2024 em forma de aula interativa, por meio de um material de slides facilitando a exposição de informações e nele foi apresentado de forma introdutória um tópico com a lei da aprendizagem, abordando com foco o jovem aprendiz, seguido de direitos e deveres dos mesmos, definindo temas centrais a respeito de folha pagamento e por último o material continha como exemplo prático imagens de contracheque real seguido de explicação de cada evento e sua composição, trazendo para realidade dos mesmos foram realizados passo a passo de cálculos, como férias, faltas, e vale transporte.

Após a apresentação do conteúdo, foi realizada uma intervenção com intuito de fixar de maneira lúdica os conteúdos, para isso foram elaboradas questões e exercícios práticos com os temas apresentados, para isso a sala foi dividida e com um objeto de jogos de “passa ou repassa” essas dúvidas eram direcionadas as equipes e quem respondesse de forma coerente ganhavam pontos.

Durante esse mesmo dia, após o momento da apresentação dos conteúdos e interação dinâmica de jogos e brincadeiras, o questionário inicial foi reaplicado com o

objetivo de mensurar os resultados obtidos e os impactos dos conhecimentos adquiridos após a intervenção.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos e levantados com a pesquisa, a mesma que foi realizada em dois momentos distintos: o primeiro teve por objetivo identificar o nível de conhecimento prévio dos aprendizes sobre os assuntos que seriam abordados, o segundo encontro foi aplicado a intervenção com apresentação do material elaborado, seguidos das dinâmicas e com esses resultados foram mensurados novamente o nível de conhecimento por meio do questionário os resultados foram tratados por meio de planilhas e cálculos de médias.

### 4.1 QUESTIONÁRIO

O questionário foi estruturado em escala Likert, com 8 questões relacionadas a temas de direitos trabalhistas, folha de pagamento e rotinas do primeiro emprego. A amostra contou com 48 jovens aprendizes do Cesam, e continha alternativas que variaram entre 1 (mais negativa) e 5 (mais positiva). As questões aplicadas foram as seguintes:

Quadro 1 – Questionário aplicado aos alunos do CESAM-ES

Nº	Questão	Opções de resposta
1	Sua idade em anos completos.	Resposta aberta
2	Qual o nível de dificuldade ou facilidade para entender sua folha de pagamento?	<input type="checkbox"/> Muito difícil
		<input type="checkbox"/> Relativamente difícil
		<input type="checkbox"/> Nem fácil e nem difícil
		<input type="checkbox"/> Relativamente fácil
		<input type="checkbox"/> Muito fácil
3	Qual a probabilidade de você saber calcular o seu salário?	<input type="checkbox"/> Muito improvável
		<input type="checkbox"/> Relativamente improvável
		<input type="checkbox"/> Nem improvável e nem provável
		<input type="checkbox"/> Relativamente provável
		<input type="checkbox"/> Muito provável
4	Qual o nível de dificuldade ou facilidade para entender a diferença entre salário bruto e salário líquido?	<input type="checkbox"/> Muito difícil
		<input type="checkbox"/> Relativamente difícil
		<input type="checkbox"/> Nem fácil e nem difícil
		<input type="checkbox"/> Relativamente fácil
		<input type="checkbox"/> Muito fácil
5	Qual sua satisfação com o entendimento que possui sobre os descontos que podem ser realizados no seu salário?	<input type="checkbox"/> Muito insatisfeito
		<input type="checkbox"/> Relativamente insatisfeito
		<input type="checkbox"/> Nem insatisfeito nem satisfeito
		<input type="checkbox"/> Relativamente satisfeito
		<input type="checkbox"/> Muito satisfeito
6		<input type="checkbox"/> Muito insatisfeito

	Qual sua satisfação com o entendimento que possui a respeito do desconto que teria na sua remuneração, em caso de falta sem justificativa?	<input type="checkbox"/> Relativamente insatisfeito
		<input type="checkbox"/> Nem insatisfeito nem satisfeito
		<input type="checkbox"/> Relativamente satisfeito
		<input type="checkbox"/> Muito satisfeito
7	Qual sua satisfação com o entendimento que possui a respeito do cálculo do 13º salário?	<input type="checkbox"/> Muito insatisfeito
		<input type="checkbox"/> Relativamente insatisfeito
		<input type="checkbox"/> Nem insatisfeito nem satisfeito
		<input type="checkbox"/> Relativamente satisfeito
8	Qual a importância de se pagar o INSS?	<input type="checkbox"/> Nada importante
		<input type="checkbox"/> Pouco importante
		<input type="checkbox"/> Nem muito nem pouco importante
		<input type="checkbox"/> Muito importante
		<input type="checkbox"/> Totalmente importante
9	Com qual frequência você procura se informar sobre os direitos e deveres de um jovem aprendiz?	<input type="checkbox"/> Nunca procuro
		<input type="checkbox"/> Pouco procuro
		<input type="checkbox"/> Nem muito nem pouco
		<input type="checkbox"/> Muito procuro
		<input type="checkbox"/> Sempre procuro

Fonte: Elaborada pela autora.

Esse instrumento foi aplicado em dois momentos: antes da intervenção, para identificar o nível inicial de conhecimento, e depois da aplicação das dinâmicas lúdicas, com o objetivo de mensurar o aprendizado adquirido.

## 4.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

As respostas coletadas serviram de amostra para mensurar a variação do conhecimento, essas repostas foram relacionadas e posteriormente foram tratadas por meio de programa de excel, com fórmula que serviram como base de cálculo para identificar aumento ou quedas de posições das respostas que demonstrariam o entendimento do público-alvo.

Quadro 2 – Médias obtidas antes e depois da intervenção

Quest.	Média antes	Média depois	Diferença	Média Total
Q1	16,61	16,55	-0,06	16,61
Q2	3,86	4,15	0,29	3,86
Q3	3,63	4,04	0,41	3,63
Q4	4,16	4,44	0,27	4,16
Q5	3,35	3,27	-0,08	3,35
Q6	3,57	3,50	-0,07	3,57
Q7	4,14	4,75	0,61	4,14
Q8	4,08	4,25	0,17	4,08
Q9	3,00	3,02	0,02	3,00

Fonte: Elaborada pela autora.

De maneira geral, observa-se que a intervenção pedagógica contribuiu para a melhora do conhecimento dos jovens aprendizes, especialmente nas questões de caráter prático.

A primeira questão buscava mensurar em anos completos a idade média dos participantes que durante a aplicação da pesquisa variavam entre 14 e 18 anos completos. Portanto a amostra Q1 trata-se de uma amostra de base demográfica, onde mensurava apenas a idade do público-alvo, não constituiu objeto de análise, razão pela qual sua variação não impacta a interpretação dos resultados da apresentação de conteúdo. E sua variação pode ser explicada pelo fato de que no segundo momento a abordagem contou com um participante a menos.

As questões Q2, Q3, Q4 e Q7 apresentaram variações positivas e significantes. A questão Q2 (entendimento da folha de pagamento) obteve crescimento de +0,29 pontos, enquanto a questão Q3 (capacidade de calcular o próprio salário) apresentou um dos maiores avanços +0,41. Já a questão Q4 (diferenciação entre salário bruto e líquido) cresceu +0,27 evidenciando maior clareza no entendimento do tema. A variação em destaque foi a questão Q7 (conhecimento do 13º salário), com aumento de +0,61, confirmando que a metodologia lúdica trouxe resultados positivos no aprendizado.

Entretanto, algumas questões apresentaram pequenas reduções, não contribuindo significativamente como resultado da pesquisa, como a questão Q5 (entendimento sobre os descontos) apresentou uma queda de -0,8. Já a questão Q9 (busca por informações) aumentou pouco mantendo-se praticamente estável +0,02, indicando que o hábito de pesquisa dos jovens não sofreu grande alteração relevante.

Assim, pode-se concluir que a aplicação da metodologia baseada em dinâmicas lúdicas promoveu avanços expressivos na compreensão dos conceitos essenciais da legislação trabalhista e das rotinas trabalhistas e dos assuntos que cercam o primeiro emprego, confirmando a relevância do uso de práticas pedagógicas diferenciadas no processo de aprendizagem.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa e intervenção realizada permitiu por meio dos dados coletados, verificar que a metodologia aplicada de forma lúdica pôde ser um recurso positivo ao ser explorado com objetivo de ampliar os conhecimentos de leis trabalhistas ao jovem. Os resultados obtidos nos questionários puderam evidenciar um avanço em temas centrais, como a própria temática principal, referente ao nível de compreensão folha de pagamento e a capacidade de calcular as próprias verbas recebidas, uma vez que ela foi exposta e de forma prática, resultado este que reforça que ao ser explorado garante segurança em um próprio direito.

Embora o indicador que mede o interesse na busca dos direitos por parte dos aprendizes tenha apresentado pouca variação, diante dos demais dados é possível avaliar a maneira que os jogos e um aprendizado dinâmico e transversal contribui para a assimilação entre conceitos teóricos e práticos, sendo uma metodologia motivadora despertando maior interesse, favorecendo o aprendizado e uma participação ativa dos jovens como protagonistas dos cenários no qual são incluídos.

Portanto é possível concluir que a proposta do projeto foi positiva, confirmando a eficácia no ensino por meio de práticas inovadoras no contexto da aprendizagem e na formação e qualificação dos jovens profissionais. E propõe-se que as instituições de ensino de aprendizagem considerem e adotem cada vez mais práticas lúdicas, e interativas ampliando o interesse do jovem ao buscar por seus conhecimentos e próprios direitos no cenário o qual está inserido.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, L.; BIANCHIN, M. A. O jogo como recurso de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 27, n. 83, p. 282-287, 2010. Disponível em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010384862010000200013&script=sci\\_abstract](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010384862010000200013&script=sci_abstract)>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- AMAZARRAY, M. R.; THOMÉ, L.; SOUZA, A. P. L. DE.; POLETTO, M.; KOLLER, S. H. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 329-338, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/LmqTnQrc79NZ3sRNTGSZLyN>>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- ARAÚJO, U. F. **A construção de escolas democráticas**: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Editoria Moderna, 2002. Disponível em: <<https://www.ulissesaraujo.com/wpcontent/uploads/2020/05/ConstrucaoEscolasDemocraticas-UlissesFAraujo.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art428](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art428)>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: <[https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-3-2018\\_369548.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-3-2018_369548.html)>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Estatuto da juventude**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARMO, R. M.; MATIAS, A. R. As dimensões existenciais da precariedade: jovens trabalhadores e os seus modos de vida. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n.118, p. 5378, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/8502>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SOUZA, H. DE.; FROZZI, D.; BARDAGI, M. P. Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 918-933, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/lj/pcp/a/C6Lv9Qv33m8mnCQbTkPrYFt/>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

DENDASCK, C. V. A pesquisa-ação e sua e as suas contribuições para a ciência metodológica: aspectos gerais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v. 11, p. 118-135, 2021. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/a-ciencia-metodologica>>. Acesso em: 09 de jun. 2025.

DESTEFANI, S. M. Educação financeira na infância. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 6, n. 4, p. 274-282, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/9722>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BATANERO, J. M. F. Transversalidade curricular no contexto universitário: uma ponte entre a aprendizagem acadêmica e a aprendizagem natural. **Revista Fuentes**, n. 5, 2004. Disponível em: <<https://revistascientificas.us.es/index.php/fuentes/article/view/2403>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FREITAS, V. C. B.; ADAMATTI, D. Educa Direito: Um Jogo Sério para o Ensino de Direito do Trabalho. **Revista Brasileira de Informática na Educação**. v. 24, n. 3, p. 1-16, 2016. Disponível em: <<http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/rbie/article/view/6441>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GALLO, S. Saberes, transversalidade e poderes. **Territórios de Filosofia**, 29 ago. 2014. Disponível em: <<https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/08/29/saberes-transversalidade-e-poderes-silvio-gallo/>>. Acesso em: 07 abr. 2025.

GOMES, A. O impacto dos jovens no mercado de trabalho: tendências, desafios e oportunidades. **Revista Tópicos**, v. 3, n. 19. p. 2965-6672, 2025. Disponível em: <<https://revistatopicos.com.br/artigos/o-impacto-dos-jovens-no-mercado-detrabalho-tendencias-desafios-e-oportunidades>>. Acesso em: 09 jun. 2025.

INSPETORIA SAO JOAO BOSCO. **Conheça o CESAM-ES**. Disponível em: <<https://www.salesianos.br/institucional/sobre-o-cesam-es>>. Acesso em: 07 jun. 2025.

LIMA, C. B.; SÁ, H. P. DE. Matemática Financeira no Ensino Fundamental. **Revista TECCEN**. v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://192.100.251.116/index.php/TECCEN/article/view/240>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LOPES, A. C. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008, 184 p. Disponível em: <<https://curriculo-uerj.pro.br/livros/politicas-de-integracao-curricular/>>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MACHADO, H. A. M. **A literacia financeira da população escolar em Portugal**. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/3389/1/A%20literacia%20financeira%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20escolar%20em%20Portugal%20-%20Es.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MATTOS, E. DE; CHAVES, A. M. Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, p. 540–555, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/PfjBbyxwKL34L3YXZkQtZgv/>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 511-518, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GzC3q5fmQw95SSRYdjTnfhh/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MOTA, C. T.; CHIMELO, G.; BENDER, C. M.; NESPOLO, D.; BORELLI, V, A.; FACHINELLI, A. C. Organização financeira pessoal: análise dos fatores que influenciam no endividamento e inadimplência dos jovens. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**. v. 4, n 1, 2015. Disponível em: <<https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/view/44>>. Acesso em: 15 mai. 2025.

PELICIOLO, A. F. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Faculdade de física, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2934>>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PERISSÉ, G. **Formação integral**: educação financeira como tema transversal. São Paulo. Editora DSOP, 2014.

RODRIGUES, A.; FREITAS, C. R.; FREITAS, C. L. Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial. **Revista de Gestão e Secretariado**. v. 15, n. 10, 2024. Disponível em: <<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4353>>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SANTIAGO, M. S. **Educação financeira no livro didático de matemática (Idm): concepção docente e prática pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3496/2/PDF%20-%20Misleide%20Silva%20Santiago.pdf>>. Acesso em 05 mar. 2025.

SCHWARTZMAN, S. **Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra**. 2013. Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/sites/imon/ensino-formacao-profissional-e-a-questao-da-mao-de-obra/>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SCOLARI, L. C.; GRANDO, N. I. Educação financeira: uma proposta desenvolvida no ensino fundamental. **Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 18, n. 2, p.671-695, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/22477>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SEBRAE (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS). **Empreendedorismo na escola**. 2024. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parceirodomunicipio/cidadeempreendedor/empreendedorismo-na-escola,ba847413d7aaf810VgnVCM1000001b00320aRCRD>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SILVA, D. F. Educação financeira como prática pedagógica na educação infantil. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 7, n. 3, p. 1056–1067, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9897>>. Acesso em: 05 mai. 2025.

SILVA, A. A. F.; OLIVEIRA, G. S. de.; ATAIDES, F. B. Pesquisa-ação: princípios e fundamentos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021. Disponível em: <<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/39>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

SOARES, V. C.; OLIVEIRA, D. Jogos digitais em educação financeira: Uma intermediação entre o mundo econômico e o mundo digital. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. v. 9, n. 6, p. 1-18, 2023. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10370>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

TRIPP D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa**. v. 31, n. 3, p. 443–66, 2005. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/ep/article/view/27989>>. Acesso em: 15 jun. 2025.